

INSTITUTO	SOCIOAMBIENTAL
data	____/____/____
cod.	471.000.23

Alternativas Econômicas para Conservação e Desenvolvimento na Região de Una, Bahia

Resumos de Pesquisa
1994-1995

Janeiro de 1996

Agradecimentos

A todos entrevistados, e às entidades que ajudaram em orientação técnica e financeira, gostaríamos de oferecer nossos agradecimentos. Agradecemos especialmente à Conservation International, Fundo Mundial para Natureza (WWF) e Fundação Ford. Também reconhecemos a ajuda da Estação Experimental Lemos Maia (CEPLAC-Una), do Projeto Mico-Leão Baiano, do Jupará, e do Instituto Brasileiro para Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia
Caixa Postal 84, 45650-000 Ilhéus, BA (073) 231-2179

Conselho Deliberativo:

Agenor Gasparetto
André Amorim
Jacques Delabie
Keith Alger
Marcelo Araujo
Maria Conceição Ramos de Oliveira
Maria Cristina Alves
Paulo Gabriel Soledade Nacif
Salvador Dal Pozzo Trevizan

Ilhéus, janeiro de 1996.

Caro(a) leitor(a),

Neste documento, o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia apresenta-lhe os resumos dos trabalhos de pesquisa realizados com a sua ajuda no ano passado. Nossa instituição é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo desenvolver e apoiar pesquisas e modelos de convivência equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente.

Estão incluídos aqui os seguintes resumos:

	Página
→Desmatamento dos últimos remanescentes florestais próximos à Reserva Biológica de Una: uma ameaça à biodiversidade e à economia local	2
→Tendência de alta no preço do cacau pode não garantir o cultivo no Sul da Bahia	6
→A pecuária extensiva, da forma como é realizada na Região Cacaueira, não é rentável.	10
→Ecoturismo é alternativa viável e lucrativa para a região, mas é necessário planejar.	14
→A exploração da piaçava pode ser mais rentável nos municípios litorâneos da Região Cacaueira	18
→Bahia poderia, como outros estados brasileiros, oferecer compensação fiscal aos municípios com unidades de conservação	22

Estes estudos apresentaram informações inéditas e apontam para necessidade de se realizar um esforço conjunto para desenvolver um programa que leve aos fazendeiros informações práticas e úteis, visando estabelecer parâmetros de desenvolvimento mais sustentável. Assim, pretendemos ajudar os proprietários próximos à Reserva Biológica de Una na implementação de atividades produtivas e sustentáveis em suas propriedades. Nossas linhas de ação serão as seguintes:

- ◆ orientação de agricultores sobre manejo conservacionista;
- ◆ ajudar a colocar tecnologias apropriadas à disposição dos proprietários;
- ◆ divulgação de práticas para queimada controlada;
- ◆ incentivo à proteção de matas e animais silvestres da região.

Esperamos que estas ações tenham como resultados o reconhecimento e uso pelos fazendeiros de noções de manejo dos recursos naturais e que as propriedades abriguem atividades produtivas e sustentáveis.

Neste documento oferecemos ao leitor os resumos dos trabalhos já desenvolvidos. A partir dessas informações, podemos discutir com você os pontos mais preocupantes no uso da terra na região e os caminhos para superá-los. Estamos à sua disposição para contato no endereço abaixo.

Atenciosamente,
A equipe do IESB

Desmatamento dos Últimos Remanescentes Florestais Próximos à Reserva Biológica de Una: Uma ameaça à Biodiversidade e à Economia Local.

Keith Alger & Marcelo Araújo

Nos anos setenta, no intuito de evitar extinções de fauna no sul da Bahia, o biólogo Ademar Coimbra Filho defendeu a criação de uma Reserva Biológica no município de Una. Coimbra Filho sabia da notável *biodiversidade* da região, ou do grande número de espécies de animais e plantas encontradas exclusivamente aqui. Ele justificou a reserva observando que o ritmo de desmatamento na região poderia fazer desaparecer da face da Terra milhares de plantas e animais. A espécie mais famosa da região é o Mico-Leão-de-Cara-Dourada (*Leontopithecus chrysomelas*). No intuito de evitar estas extinções e preservar o grande valor econômico que estas espécies podem trazer para a região e para o Brasil no futuro, o Governo Federal acatou a recomendação de Coimbra Filho e criou a Reserva Biológica de Una (REBIO-Una), em decreto publicado em 1980.

A designação de uma área como “reserva biológica” em vez de “parque nacional” significa juridicamente que a área oferece proteção total para fauna e flora. Assim, numa “reserva biológica” a presença humana só é permitida para vigilância e pesquisas autorizadas. A proibição de visitas é necessária para garantir um local sem distúrbios, assegurando a reprodução da fauna. A Reserva Biológica de Una é a única unidade de conservação deste tipo no sul da Bahia.

O decreto de criação da REBIO pelo Governo Federal designava uma área de 11.000 ha. A área indenizada e legalmente incorporada à REBIO-Una, no entanto, foi de somente 5.000 ha. Ainda assim, os posseiros com sobreposição de posse dentro desta área não foram indenizados e continuaram abrindo roças dentro da área de 5.000 ha.

A partir de 1989, com a iniciativa de organizações não-governamentais do Brasil e do exterior, áreas de mata localizadas dentro do decreto, mas ainda não incorporadas legalmente, foram compradas e doadas ao IBAMA (o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão governamental responsável pela reserva. Alguns dos posseiros com sobreposição de posse também foram indenizados. Com isto, a área da reserva em 1994 foi aumentada para 7.022 ha.

Com o objetivo de localizar e dimensionar os remanescentes florestais ao redor da REBIO-Una, o IESB fez um estudo utilizando uma imagem obtida por satélite. A imagem foi tirada em maio de 1990 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e obtida pelo IESB através de patrocínio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). A distribuição das matas próximas à REBIO, (numa área denominada como “zona tampão”) são classificadas por tamanho de propriedade na tabela 1:

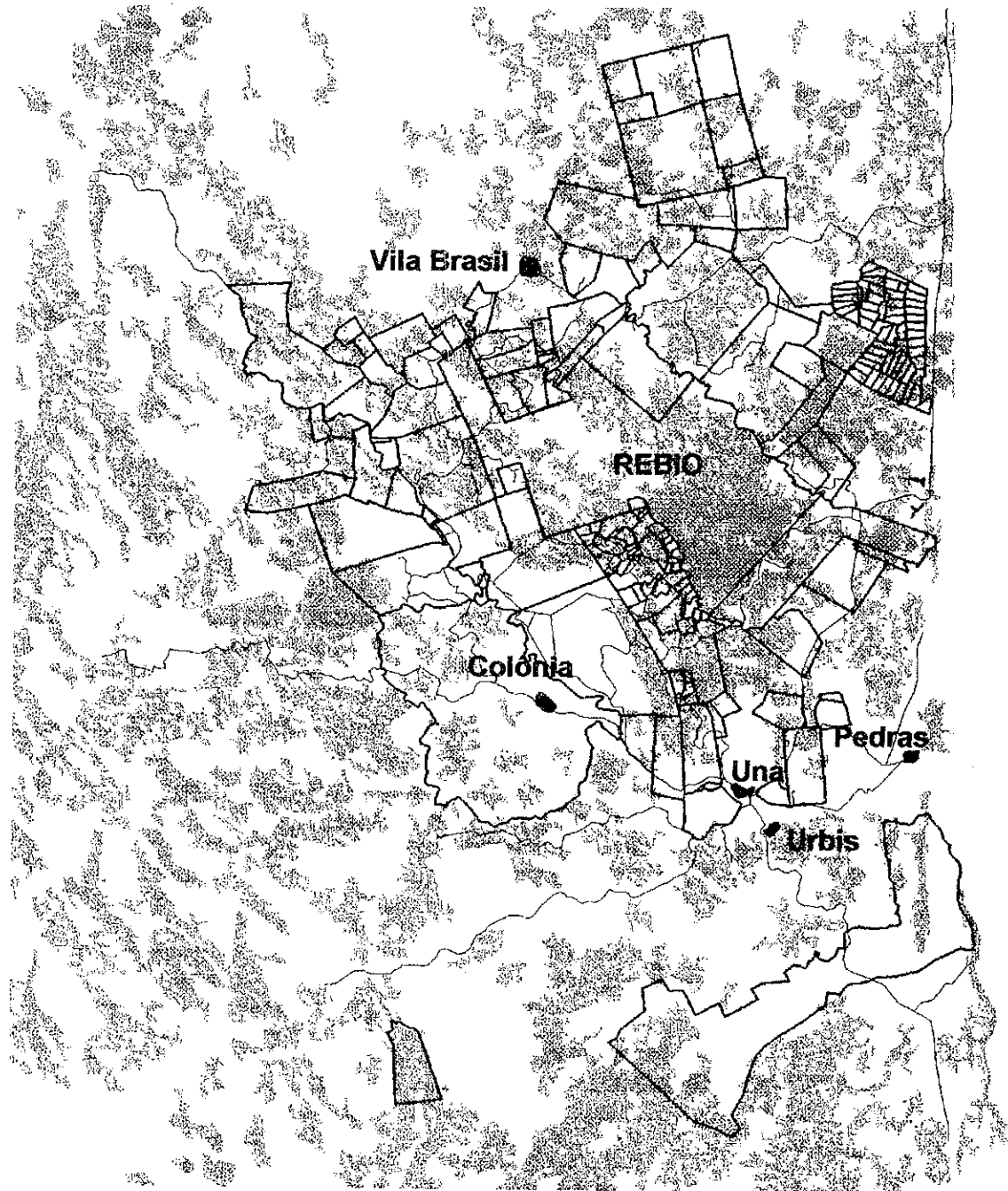
Tabela 1: Distribuição de Mata por Categoria de Propriedade na Zona Tampão (Zona Tampão inclui fazendas dentro de um raio de 15 km da Reserva):

Categorias	Área (ha.)	% Área	Mata (ha.)	% Mata
Assentamentos	2.556	6%	958	6%
Fazendas com 50 ha. ou menos	910	2%	307	2%
Fazendas entre 51-250 ha.	11.592	27%	3.999	25%
Fazendas entre 251-1000 ha.	8.868	20%	3.917	24%
Fazendas com mais de 1000 ha.	18.559	43%	6.683	41%
Áreas da CEPLAC (Edjab e Esmal)	936	2%	315	2%
Total	43.421	100%	16.178	100%

A partir desta análise, foi constatado que existem alguns remanescentes de mata perto da reserva que têm grande importância para o funcionamento da REBIO. Estes remanescentes são "ilhas" de mata em propriedades particulares que são interligadas com a reserva pelas plantações de cacau com sombreamento natural (cabruças). Muitos animais que vivem na REBIO também usam as áreas das matas e cabruças nas fazendas.

A análise também revelou que dentro da área de 7.022 ha. da REBIO existe apenas 4.500 ha. de mata. O tamanho reduzido da área utilizável pela fauna dentro da reserva chama atenção para a importância das áreas de mata e cabruca fora da reserva, mas interligadas com ela. As áreas escuras da Figura 1 mostram a localização dos remanescentes e cabruças perto da REBIO. As áreas deixadas em branco representam plantios de dendê, seringueira, pastagens e outras culturas.

Figura 1: Restam Poucos Remanescentes de Mata Próximos à Reserva Biológica de Una (REBIO).



Com a informação sobre a quantidade total da mata perto da REBIO e a taxa atual de desmatamento, foi possível estimar o tempo de sobrevivência destas matas. A taxa de desmatamento foi estimada a partir de outra pesquisa do IESB sobre a atividade madeireira comercial e não-comercial em Una. Isto mostrou que o volume de madeira sendo derrubado ou queimado é equivalente a 1.620 ha. de desmatamento por ano. A partir de 1995, com este ritmo, restarão apenas 15 anos para o esgotamento total da mata nativa em Una fora da REBIO:

Mata e Cabruca em Una em 1990:	33.342,0 ha
Desmatados por ano:	1.620,0 ha
Estimativa:	15,0 anos a partir de 1995, para esgotar os remanescentes fora da REBIO.*

* Sem reflorestamento e desconsiderando regeneração natural.

Do ponto de vista econômico, a biodiversidade ameaçada pela atual crise poderia representar valores muito maiores do que os retornos imediatos obtidos hoje com sua destruição. Em situações deste tipo, a resposta mais indicada é criar políticas públicas com mecanismos que incentivem a conservação. Uma das estratégias sugeridas para compatibilizar uma situação de instabilidade econômica com a conservação da biodiversidade é o planejamento do uso da terra em áreas particulares próximas às áreas de preservação. O objetivo seria incentivar usos agrícolas ou turísticos, que minimizassem o impacto e aumentassem as áreas utilizadas como habitat pela fauna e flora. Esta forma de uso do solo é condizente com o conceito de Reserva da Biosfera, uma forma de proteger áreas importantes criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Conclusão

A conclusão deste estudo é que a conservação das matas contínuas à Reserva Biológica de Una é fundamental para a sobrevivência da biodiversidade dentro da Reserva. A análise da imagem de satélite não encontrou outras manchas de matas particulares equivalentes em tamanho à mancha que inclui a REBIO-Una.

A localização dos remanescentes prioriza incentivos para garantir, junto com os proprietários, a conservação dos poucos trechos de mata e cabruca contínuos à Reserva. Além disso, deveria ter esforços para reflorestar áreas que servem de corredores entre matas isoladas e a Reserva.

Tendência de Alta no Preço do Cacau pode não Garantir o Cultivo no Sul da Bahia

Jared Hardner

A depressão nos preços do cacau no mercado internacional vem causando a substituição do sistema de *cabruca* no Sul da Bahia. A derrubada e venda de árvores da *cabruca* tem sido adotada pelos proprietários como solução a curto prazo para o problema da falta de capital. O abandono da lavoura cacauzeira é consequência dos baixos preços do cacau e da infestação da "vassoura-de-bruxa", doença capaz de exterminar o restante do cacau produtivo. Estas mesmas condições, em caso de reaquecimento do mercado internacional para o produto, deverão indicar problemas para a recuperação do potencial produtivo do sul da Bahia. Se somarmos os custos decorrentes da recuperação e manejo dos cacauais com "vassoura-de-bruxa" aos problemas de competitividade, que já ocorrem há vários anos, imaginamos que a área plantada na Bahia tende a diminuir.

Neste estudo foram estimados três modelos econômicos sobre a situação do cacau brasileiro no mercado mundial. O primeiro modelo descreve a demanda global para o cacau; o segundo, a participação dos países produtores na oferta total de cacau e o último, as perspectivas para renovação dos cacauais nos vários países produtores relacionado-as com mudanças nos preços internacionais do cacau. Chegou-se a quatro conclusões:

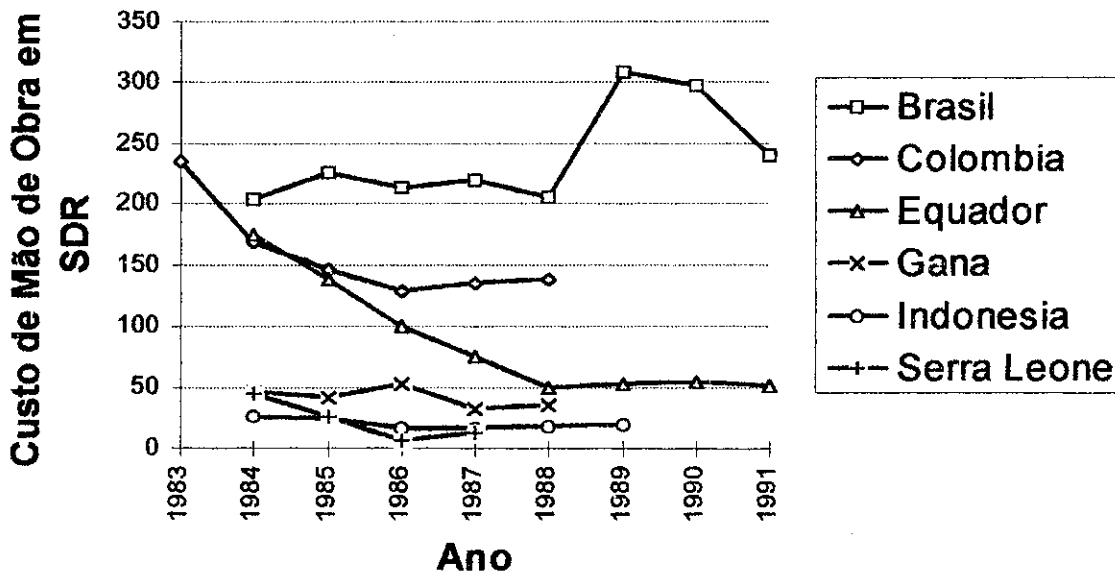
Conclusão Um:

O mercado mundial de cacau deverá recuperar-se da recessão que vem sofrendo nos últimos anos. O crescimento populacional e o crescimento nos índices de renda real aumentarão a demanda. Por causa da transição econômica lenta na ex-União Soviética, e o crescimento moderado do PIB nos outros países industrializados, o crescimento na demanda por cacau dificilmente vai estourar e desencadear outro ciclo de superprodução. Os países produtores também estão cooperando para amortecer surtos de oferta e diminuir os estoques acumulados do passado. Face à estas condições, os preços do cacau deverão subir. A longo prazo, no entanto, o declínio da população infantil nas nações consumidoras deverá reduzir o crescimento da demanda por produtos populares à base de cacau.

Conclusão Dois:

Apesar do reaquecimento do mercado de cacau, os produtores baianos estão em posição de desvantagem para recolher os benefícios deste crescimento. Os altos custos de mão-de-obra resultantes dos encargos governamentais, os juros altos e um a taxa de câmbio do Real super valorizada faz com que o preço do cacau brasileiro não seja competitivo com os outros países produtores. Historicamente, a variabilidade das taxas de câmbio do Brasil também foram maiores do que dos outros países produtores, prejudicando exportações. Na medida que o Plano Real mantém a taxa de câmbio real mais estável, esta variabilidade pode ser eliminada, deixando de prejudicar exportações do cacau.

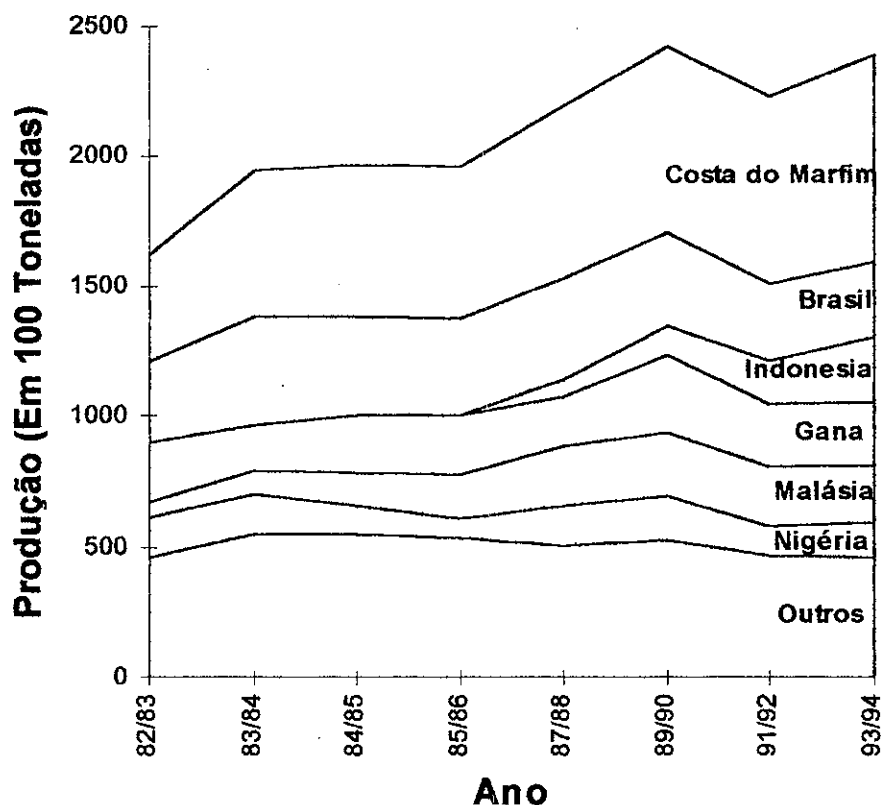
Custo de mão-de-obra no Brasil é maior



Conclusão Três:

Apesar do mercado mundial para o cacau estar manifestando sinais de crescimento em sua demanda, são poucas as chances de que os produtores baianos sejam capazes de revitalizar suas atividades e restabelecer condições de competitividade. Os produtores baianos não apresentam-se em condições de resolver seus problemas com a queda da produtividade, principalmente após a ocorrência da "vassoura-de-bruxa" e suas conseqüências sobre custos de mão-de-obra e/ou juros para financiamento das atividades produtivas. Como resultado, teremos um crescente abandono das plantações em sistema de "cabruca", com o aumento da possibilidade de que esta cobertura florestal venha a ser extinta em um prazo relativamente curto.

Diminui Participação do Brasil na Produção Mundial de Cacau



Conclusão Quatro:

Nos parece claro, à luz deste estudo, que o estado da Bahia deve descobrir novas vantagens comparativas para as áreas marginais destinadas a produção de cacau. Encontrar vantagens competitivas para a Bahia é uma prioridade, principalmente levando-se em conta o imperativo de conservar os remanescentes florestais e *cabruca*. A diversificação agrícola tem sido a meta dos planos para a região, mas as iniciativas para sua implementação ainda estão por acontecer. A criação de novos mercados para agricultores, consorciando culturas como banana, pupunha, coco, dendê e piaçava deveria ser estimulada junto com a organização da comercialização, objetivando a agregação de valor para os produtores. Novos mercados emergentes de turismo e ecoturismo também criam oportunidades para a diversificação econômica. Estas atividades poderão servir de base para um novo desenvolvimento da economia do sul da Bahia. O desenvolvimento de alternativas deverá ter apoio governamental condicionado à manutenção das reservas florestais interligadas por corredores de cacau em *cabruca*, herdada do sistema agrícola anterior.

A Pecuária Extensiva, da Forma como é Realizada na Região Cacaueira, não é Rentável

John Reid & Joaquim Blanes

Com uma prolongada crise na economia do cacau no sul da Bahia, a pecuária tem sido a alternativa mais discutida entre os produtores desta região, onde as condições de solo, clima, vegetação nativa, espécies forrageiras e raças de gado são semelhantes às de algumas regiões da Amazônia. Entretanto, os antigos subsídios para a criação de gado na Amazônia não existem hoje na mesma escala na Bahia. Através de uma análise financeira nós procuramos saber se a substituição da floresta pela criação de gado no sistema extensivo é uma opção interessante para o produtor, e assim prever se esse sistema tem perspectivas de se tornar uma atividade dominante na região.

O principal componente deste estudo é uma avaliação custo-benefício de um investimento na formação de pasto e criação de gado. Analisamos 3 perfis de produção: misto, com ênfase na produção de leite, misto com ênfase na produção de carne e engorda em uma área derrubada de 50 hectares, durante 10 anos.

RESULTADOS

A pecuária extensiva na micro-região cacaueira não parece ser um investimento rentável (Veja Tabela 1). No caso provável, construído à base das médias regionais, os três sistemas de produção perdem entre 34 e 37 reais por hectare por ano. Na melhor das hipóteses, sob condições extremamente favoráveis, a renda líquida pode atingir 138 reais por hectare por ano. Esse resultado refere-se ao sistema de produção mista com ênfase no leite, supondo-se um preço de leite pago ao produtor de R\$ 0.40 por litro, uma taxa de juros de 6% ao ano, isenção total de impostos e produtividade bem acima da média que se consegue com despesas baixas. No caso pessimista, o prejuízo fica na faixa de 70 a 80 reais por hectare por ano.

Tabela 1: Renda líquida (R\$/ha/ano)

	Misto/Leite	Misto/Carne	Engorda
Caso Otimista	138	79	55
Caso Provável	-34	-37	-37
Caso Pessimista	-75	-80	-69

DISCUSSÃO

Percebe-se que em regiões tradicionais de pecuária próximas à região cacaueira, caracterizadas por grandes propriedades, pouco uso de mão-de-obra, solos com boa reserva de nutrientes e uma baixa umidade relativa do ar, os proprietários obtêm rendimentos razoáveis, apesar do manejo às vezes inadequado. Entretanto, quando avaliamos a pecuária praticada na região

cacaueira, observamos que os fatores ambientais e o manejo inadequado contribuem para os resultados negativos encontrados. Uma pluviosidade nunca inferior a 1.300mm, latossolos e podzólicos distróficos e álicos, pobres em bases e com presença acentuada de alumínio trocável, e declividades que chegam a 30% são características naturais que indicam restrições à prática da pecuária extensiva na região. Estas condições estimulam, entre outros problemas, altas incidências de endo e ecto-parasitas, crescimento das gramíneas com baixo valor biológico, desgaste dos animais (pela condição topográfica) e rápida degradação dos pastos.

OUTROS FATORES

Surge então a pergunta: se a pecuária extensiva não dá lucro, por que tantos fazendeiros utilizam, ou pretendem utilizar, suas terras para ela? Listamos aqui alguns fatores que podem incentivar investimentos na pecuária, que nos parecem irracionais à primeira vista.

1. **Posse da terra:** Um fator importante é a segurança na posse da terra. Enquanto que a mata é mais vulnerável às invasões de grupos de sem-terra, o uso da terra para a pecuária pode proteger a área de invasões.
2. **Risco:** Outro atrativo da pecuária é o baixo risco em relação a outras culturas e criações. Os principais fatores que determinam o risco de um investimento agropecuário são: a variação no preço da produção e dos insumos; a liquidez de capital; e a incidência de doenças. A médio prazo, a carne de boi tem um preço bastante estável (Figura 1), sendo um produto básico, com muitos produtores e muitos consumidores; grande parte do investimento na pecuária é líquido, pois o rebanho pode ser vendido a qualquer momento;
3. **Custo de administração:** O custo de administração é um fator limitante à expansão da pecuária *intensiva* no sul da Bahia. Ao contrário, é pouco limitante na criação de gado de forma extensiva, porque o sistema extensivo não exige muita administração.
4. **Razões culturais:** Há alguns proprietários que mantêm o rebanho como atividade de lazer ou porque confere "status" dentro do contexto cultural da região. Isto significa que o manejo do rebanho não substitui outra atividade mais rentável e sim outras atividades de lazer.

Preço do Boi Gordo em Itabuna

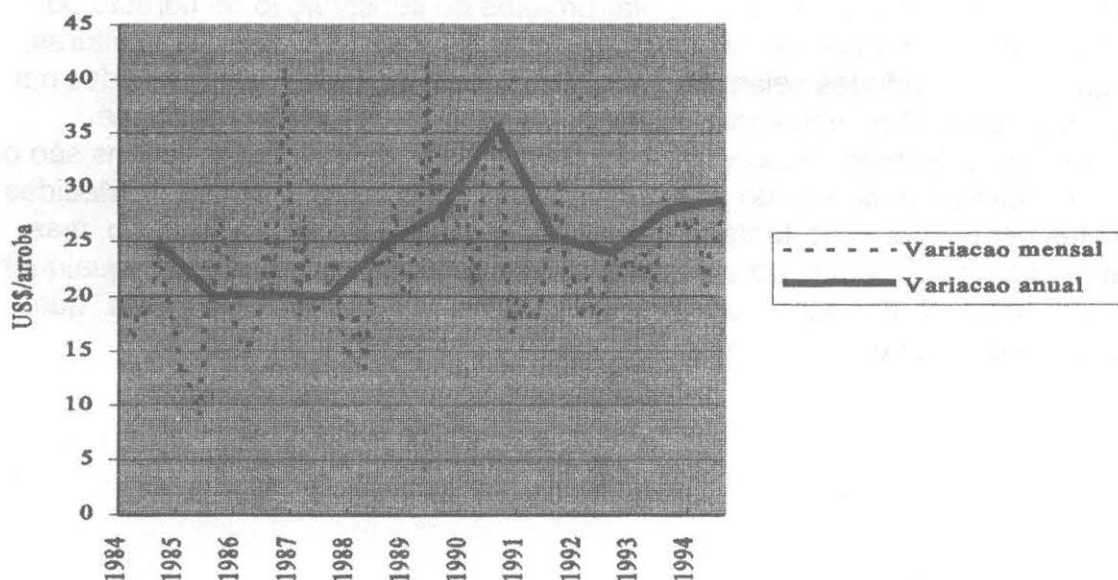


Figura 1: Variação no preço do boi gordo em Itabuna (Fonte: FGV).

- O "efeito vizinho" e problemas de informação:** Observações tem indicado que práticas de uma fazenda ou região influenciam as áreas adjacentes. Ao redor da região cacauzeira a pecuária é uma atividade dominante e aparentemente lucrativa e por isso, pelo menos nos limites da região, os proprietários vêem exemplos de pecuárias viáveis. Como já mencionamos acima, existem importantes diferenças de clima, solos, topografia e tamanho das fazendas entre a região cacauzeira e as regiões vizinhas. O proprietário, devido ao efeito vizinho, é capaz de ignorar essas importantes diferenças. O "efeito vizinho" está acentuado também pela crise que a cacauicultura enfrenta atualmente.
- A comercialização:** O gado não tem um único preço, por unidade ou por peso, pois há várias formas de comercialização. Muitas vezes, por exemplo, em lugar de vender o gado, os produtores trocam animais. Há criadores que ganham bem com a pecuária, menos pela produtividade das pastagens ou pela boa administração do que pela astúcia no comércio dos animais.

CONCLUSÕES

No contexto da presente crise do cacau, a pecuária em sistemas extensivos é considerada por muitos produtores como alternativa interessante. Nossa intenção não é de simplificar a questão da potencialidade da pecuária em condições ideais. Queremos demonstrar que a pecuária, como é normalmente praticada, não produz o resultado econômico esperado, e é degradador do ponto de vista ambiental. Se

este tipo de pecuária não beneficia o próprio produtor, ela não tem nenhuma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

Para obter um desenvolvimento econômico que agrida menos o meio ambiente, as lideranças da região não devem apoiar projetos de substituição de floresta por pasto, e sim, projetos de pecuária *intensiva e semi-intensiva* ou de outras culturas, desde que estas atividades sejam realmente rentáveis e possam ser instaladas em áreas já cultivadas. Nas entrevistas com os fazendeiros notamos interesse e alguns exemplos de intensificação na criação de gado. Os dois mais comuns são o uso de capineiras e o manejo do pasto em piquetes pequenos e rotativos. Medidas como estas podem ser importantes para melhorar a alimentação do rebanho, mas não temos dados suficientes para verificar se são bons investimentos. De qualquer forma, tais investimentos só devem ser incentivados em áreas já derrubadas, que são muitas, e não em áreas de mata, que estão cada vez mais escassas.

Ecoturismo é Alternativa Viável e Lucrativa para a Região, Mas é Necessário Planejar

Roberto Mourão

Ecoturismo é o segmento da atividade turística comercial que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Antevendo o potencial ecoturístico associado com a biodiversidade característica do sul do estado da Bahia, e após analisar o panorama sob os pontos de vista ambiental e sócio-comunitário, o IESB iniciou esforços para fazer do ecoturismo uma alternativa econômica para a região.

É importante citar que um destino turístico se faz com produtos de qualidade e com um bom e variado "cardápio" de programas. Para isso, quanto maior o entrosamento entre operadores turísticos, fornecedores de serviços e instituições governamentais e não-governamentais, melhor será o resultado comercial e os benefícios para as comunidades locais.

Como ponto de partida para uma análise do potencial ecoturístico em termos de quantidade e faturamento estimados, sabendo-se que Ilhéus e a região atraem cerca de 200 mil turistas por ano, temos:

Dados:	Volume Total Atual	= 200.000 turistas
	Volume Total 96 (para fluxo estável)	= 200.000 turistas
	Índice de Interessados em Natureza	= 7 % público geral
	Número Estimado de Interessados em Natureza	= 14 mil pessoas / ano

Podemos, a partir destes dados, fazer uma estimativa do potencial inexplorado do ecoturismo no destino Ilhéus. O número atual de turistas interessados em ecoturismo é baixo (em torno de 7%), provavelmente porque os visitantes que chegam a Ilhéus hoje não são atraídos por atividades ecoturísticas. No entanto, se os atuais turistas tivessem oportunidade, cada um geraria \$10 a mais, em média, em passagens, entradas e outras compras relacionadas a uma atração ecoturística durante a estadia na região. Assim, podemos estimar que a procura atual não-aproveitada para ecoturismo no destino Ilhéus seja em torno de \$140 mil por ano. Isto sem considerar o aumento no fluxo de turistas atraídos pelo ecoturismo.

A figura 1, na próxima página, apresenta outra pesquisa do IESB, que determinou quanto os turistas valorizam o destino Ilhéus, baseada na existência ou falta de certas atrações. Com as atrações atuais, uma visita média vale \$1.440, por grupo médio de 3 pessoas, por 9 dias, desconsiderando o custo de viagem.



Figura 1: Valor do Destino Ilhéus de acordo com Atrações Ambientais

Se existissem atrações como um "canopy walk" (passeio construído na copa das árvores) ou um jardim botânico em fazenda de cacau, o valor do destino Ilhéus aumentaria. *O valor do destino Ilhéus é mais sensível, no entanto, ao caso de um desmatamento generalizado que eliminaria o paisagem de cacau. O valor do destino, neste caso, cairia para a metade do valor atual.*

As pesquisas feitas pelo IESB também revelam outras importantes informações:

- ◆ O tempo de permanência em Ilhéus é alto - 47% ficam de 3 a 7 dias e 30% de 8 a 15 dias, caracterizando 2 públicos: de "passagem" e veraneio, respectivamente;
- ◆ É alto o número de visitantes jovens (49% - entre 0 e 19 anos), que são mais interessados em meio ambiente e atividades esportivas;
- ◆ A faixa salarial familiar média do visitante-padrão é US\$ 2.270,00;
- ◆ O gasto médio é de US\$ 53,00 por pessoa por dia;
- ◆ 92% viajavam com amigos ou parentes;
- ◆ 74% escolheram Ilhéus como destino principal;

Sabe-se também que:

- ◆ Os investimentos públicos mais pedidos pelos turistas são para saneamento básico: a qualidade da água dos rios e do mar é imprescindível para um balneário.
- ◆ Depois de saneamento básico, os turistas querem melhorias nas estradas e sinalização.
- ◆ É pouco representativo o público estrangeiro (3%), podendo ser aumentado;
- ◆ O turista reclama que existem poucas alternativas para atividades além da praia, para grupos familiares.

RESULTADOS ESPERADOS

Entendemos que a promoção do ecoturismo em bases sustentáveis significa que além de conservar locais específicos de beleza natural, a atividade deve criar uma alternativa econômica para comunidades locais e/ou tradicionais. A manutenção dos valores naturais, da limpeza e da beleza paisagística não pode ser realizada somente "cercando" áreas particulares para turistas, ignorando os espaços públicos. As comunidades locais visitadas também têm que ser incluídas nos benefícios econômicos, de modo que sejam incentivadas a conservar os aspectos ambientais que atraem os turistas.

Quando uma comunidade ciente e participante atua como aliada em projetos e planos de ação, é possível numa região:

- ◆ Ajudar as comunidades tradicionais no seu processo de desenvolvimento sócio-econômico sustentável;
- ◆ Avaliar impactos ambientais negativos, provenientes do uso irregular no desenvolvimento turístico e empreendimentos imobiliários inadequados.

O Ecoturismo deve:

- ◆ Ser operado de acordo com critérios de mínimo impacto ao meio ambiente, e com a obrigação de contribuir com recursos para proteger os valores ambientais, culturais e naturais utilizados;
- ◆ Fazer com que a conservação beneficie materialmente as comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa a atividade fará com que as comunidades a apoiem;
- ◆ Educar e motivar ecoturistas através da participação e percepção da importância de áreas naturais e culturalmente conservadas.

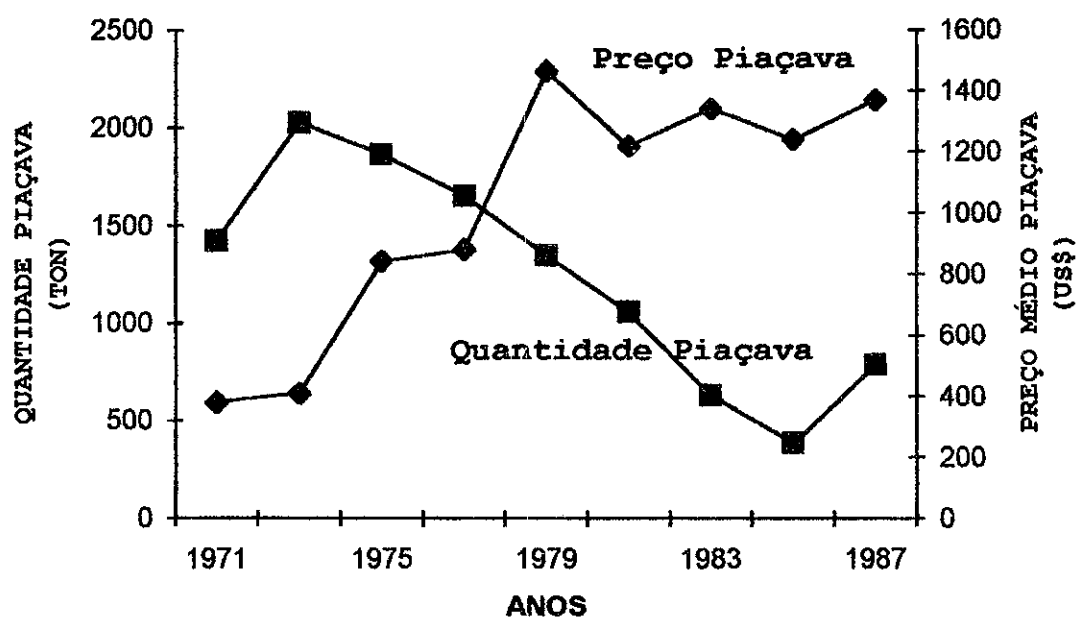
A Exploração da Piaçava pode ser mais Rentável nos Municípios Litorâneos da Região Cacaueira

Maurício Moreau, Luís Alberto M. Silva e Keith Alger

1. INTRODUÇÃO

A piaçaveira é uma planta genuinamente brasileira, sendo a Bahia o único estado da federação e do mundo que produz a fibra da espécie *Attalea funifera* Mart. De grande importância econômica ela é amplamente conhecida pelo fornecimento de fibra para fins industriais e artesanais (fabricação de vassouras, cordas, enchimento de estofados, chapéus, bolsas, cestas e outros). Além disso, a utilização do resíduo conhecido como borra ou palha, tem sido muito difundida em cobertura de casas, barracas, restaurantes, instalações turísticas, tanto no meio rural como no urbano. Produz-se também a partir da piaçaveira óleos e farinhas; o coquilho, considerado um marfim-vegetal, é usado como carvão, combustível e na confecção de botões, cabos de canivetes, rosários e outros.

Figura 1 - Exportação de piaçava: Quantidade e Preço



O mercado interno consome quase toda a produção brasileira (95%), e somente 5% da produção é exportada. O preço e quantidade de piaçava exportada de 1971 até 1987, que correspondem aos 5% da produção destinada à exportação são mostrados na figura 1 acima.

A quantidade de fibra exportada diminuiu no decorrer dos últimos anos devido, entre outras coisas, à substituição de fibras naturais por fibras de plástico, a substituição das piaçaveiras por outras atividades agrícolas e a devastação da mata atlântica da qual a planta é nativa.

Apesar de ter grande importância para a região e de já ser explorada a muitos séculos, poucos estudos foram feitos sobre a comercialização desta planta até agora. A comercialização inclui os passos entre a extração, intermediação, beneficiamento e venda nacional e internacional de fibra, borra e os produtos beneficiados.

Para contornar os problemas no processo de comercialização, é necessário que o produtor tenha acesso às informações do mercado e que busque orientação de quando, onde, como e a quem deve vender seu produto, aumentando assim, a curto prazo, sua renda líquida.

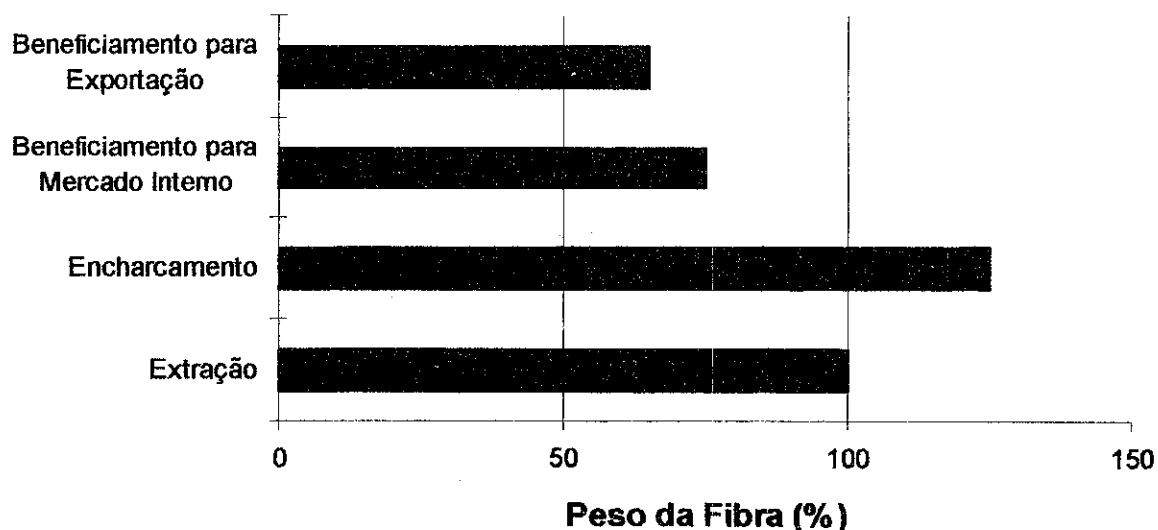
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de comercialização se inicia com a colheita ou extração da fibra, que geralmente é feita uma vez por ano. Os colhedores de piaçava, chamados "piaçaveiros", se não tiverem habilidade para subir na palmeira e retirar as fibras podem causar danos letais à planta. Apesar de já se ter conhecimento da melhor forma de colheita e cuidados a serem tomados, cada extração de fibra ainda leva à morte cerca de 5% das piaçaveiras colhidas. A piaçaveira é comercializada pelo peso das fibras. Assim, o trabalho do piaçaveiro acaba sendo compensado pela produtividade de uma única colheita, o que leva a super-exploração a se tornar a causa principal dos danos feitos às plantas. Maneiras de compensação para prolongar a vida da planta e aumentar assim o número de colheitas deveriam ser desenvolvidas junto aos piaçaveiros.

Após a colheita separa-se a borra da fibra. Nesta ocasião é comum o produtor colocar a fibra na água para torná-la mais pesada. A figura 2 mostra o aumento percentual obtido pela fibra após encharcamento e diminuição do peso depois da comercialização e do beneficiamento. Esta prática resulta em dois problemas: a perda de qualidade do produto e a perda de peso durante a cadeia comercial.

Figure 2:

Peso da Fibra por Etapa na Comercialização



Para defender-se do problema de encharcamento da fibra os compradores tomam várias medidas, dentre as quais considerar a arroba de piaçava valendo 16 Kg e abater na balança de 5 a 25% do peso, a depender da umidade da fibra. Indagando-se aos compradores, o que eles achavam da perda de qualidade do produto e do alto teor de umidade da fibra, devido ao encharcamento, todos eles concordaram que se os produtores vendessem uma fibra com umidade normal (sem molhar), haveria melhoria de qualidade e um preço maior do produto no mercado. Alguns compradores disseram que por um produto de melhor qualidade eles pagariam até 20 a 30% a mais.

Essa prática, assim como a de colocar materiais estranhos no meio da fibra (areia, pedaços de pau, pedras e outros), só fazem o produto ficar desacreditado, diminuindo o preço a ser oferecido por compradores com medo de possíveis prejuízos causados pela má qualidade.

Outro aspecto importante identificado da comercialização é a diferença de preço entre as classes descritas na tabela 1, desde a saída da fibra do produtor até chegar às indústrias ou firmas exportadoras.

A maior parte dos custos de produção da piaçaveira estão na implantação do campo de cultivo, se o piaçaval não for nativo. Se o piaçaval for nativo, a maior parte dos custos estão na época da colheita, quando é necessário contratar os piaçaveiros. A maioria da colheita na região é de piaçavais plantados.

Tabela 1 - Distribuição do valor da fibra de piaçava, em percentagem, ao longo da cadeia de comercialização, considerando 5 vias distintas.

	Piaçaveiro Contratado	Piaçaveiro Meeiro	Extração por Empreiteiro	Proprietário faz colheita	Beneficia na Fazenda
Piaçaveiro	15%	25%	15%	--	15%
Empreiteiro	--	--	10%	--	--
Dono da terra	35%	25%	25%	60%	85%
1º Comprador	10%	10%	10%	--	--
2º Comprador	40%	40%	40%	40%	--
Total	100%	100%	100%	100%	100%

3. CONCLUSÕES

1. A constante presença de corpos estranhos no meio da fibra faz com que o produto seja desacreditado quanto à sua qualidade no mercado;

2. A forma como é remunerado o piaçaveiro (por produtividade), incentiva a colheita inadequada, onde o extrator retira o máximo da planta, causando um alto índice de mortalidade.

3. O beneficiamento e a comercialização cooperativo da piaçava por pequenos produtores poderia aumentar a proporção do valor do produto que fica com o produtor.

4. Os baixos custos de produção tornam a piaçaveira uma planta de bom retorno econômico, nas atuais condições.

Bahia poderia, como outros estados brasileiros, oferecer compensação fiscal aos Municípios com Áreas de Conservação

Pablo Villanueva, John Reid, e Wilson Loureiro

O Estado da Bahia possui diversas áreas destinadas à conservação de flora, fauna, água e solos. Estas áreas incluem reservas, parques, Áreas de Proteção Ambiental -- mais de 900.000 hectares no total -- e extensões de terra que abrigam mananciais de abastecimento de água. São áreas que fornecem benefícios, não só aos municípios aonde estão localizadas, mas também, a municípios vizinhos e, em muitos casos, a todo estado. Alguns municípios, por exemplo, protegem um manancial de água que abastece outro município vizinho. Outros municípios possuem ecossistemas protegidos cujas paisagens, plantas e animais são apreciados por pessoas do estado inteiro ou até de outros estados e países.

Mas a todo benefício corresponde algum custo. Grande parte do custo de preservar áreas naturais é pago pelo município onde se localizam, já que nessas áreas não podem ser desenvolvidas atividades de produção conforme os princípios de mercado da mesma forma que áreas que não tem nenhuma proteção. Assim, o potencial para geração de empregos e arrecadação de impostos é menor do que poderia ser, pelo menos a curto prazo.

Alguns estados têm reconhecido a necessidade de se compensar de alguma forma municípios que preservem áreas de interesse ecológico e ambiental. Alguns destes tem descoberto uma maneira inovadora de efetuar essa compensação, o chamado "Royalty Ecológico," que já está aprovado no Paraná, São Paulo, e Rio Grande do Sul e em discussão em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Os Estados que já incorporaram esta compensação utilizam recursos da distribuição do ICMS, e de multas sobre danos ao meio ambiente para compensar municípios com áreas restritas em decorrência da proteção ambiental.

Esta compensação é possível na Bahia? Sim, utilizando a autonomia legislativa estadual, que permite distribuir o ICMS livremente entre os municípios dentro de parâmetros variáveis como: valor adicionado fiscal, valor da produção agropecuária, população, número de propriedades rurais, produção rural, mineral, área dos municípios, receita própria e índice fixo, conforme descrição na Tabela I.

Tabela I: CRITÉRIOS USADOS EM OITO ESTADOS PARA O RATEIO DO ICMS

CRITÉRIOS	Estados e Percentuais							
	BA	PR	MA	CE	SP	PB	AM	MG
Valor Adicionado Fiscal (Circulação Mercantil)	75	75	75	75	76	90	75	94,1
Valor da Produção Agropecuária		8						
Nº de Habitantes do Município		6	5	15	13	5	7	
Critério Ambiental		5			0,5			
Número de Propriedades Rurais		2						
Tamanho da Superfície Municipal		2	5				3	
Índice de Distribuição Fixa		2	15	10	2	5	15	
Receita Tributária Própria					5			
Comp. Reservatórios Barragens					0,5			
Produção Mineral								5,6
Municípios Específicos								0,3
Área cultivada					3			
Critério Relacionado ao V.A.F.	25							

Fonte: Loureiro (1994), de legislação em vigor

Nossa atividade na área jurídica, tem se estendido ao estudo de viabilidade para a aplicação do fator ambiental na Bahia. Buscando adequar o método de manutenção da análise anual das áreas protegidas, e a atribuição do valor dos índices a cada categoria de nível de restrição ao uso da área.

Com a inclusão do fator ambiental haveriam verbas disponíveis para a melhor manutenção das áreas protegidas por lei, viabilizando assim a melhoria dos serviços ligados à conservação do nosso meio ambiente, aliviando o orçamento municipal para investimentos por exemplo, em educação e saúde.